

Comentários à comunicação sobre “O Papel da sociedade civil na prevenção e gestão de conflitos eleitorais” feita pelo Doutor Brazão Mazula na Conferência Regional sobre Prevenção de Conflitos Eleitorais na região da SADC

1. Começo por saudar a Fundação Friedrich Ebert e a Faculdade de Direito da Universidade Católica pela realização desta Conferência, um contributo mais para o saudável debate sobre os problemas do país, para a produção de conhecimento e para o esclarecimento cívico dos cidadãos. Agradeço também o convite que me foi formulado para fazer este comentário. Confesso que não é cómodo para mim esta tarefa, dada a minha inexperiência em matéria de eleições e o facto do Doutor Brazão Mazula ser a autoridade na matéria que se conhece e que tantas vezes foi realçado nesta Conferência. Procurarei, na medida do possível, corresponder àquilo que me foi solicitado pelos organizadores, tendo como suporte a experiência de trabalho que a ADRA, organização a que estou ligado, vem desenvolvendo principalmente junto de comunidades rurais ao longo de mais de doze anos, mas também na interacção que procura estabelecer com outras organizações da sociedade civil (OSC) e com as instituições do Estado, tanto a nível local como central.
2. A comunicação apresentada – em colaboração com Guilherme Mbilana – é uma excelente notícia relativa à experiência de uma OSC moçambicana relativa à gestão de conflitos eleitorais. As considerações teóricas iniciais sobre esse tipo de conflitos e sua prevenção parecem-me extremamente úteis. A nossa amarga experiência de 1992 justifica bem a preocupação dos cidadãos e da sociedade civil relativamente ao comportamento dos partidos políticos durante a campanha eleitoral e no período pós-eleitoral. Para muita gente em Angola – e isso foi-me colocado ainda muito recentemente numa comunidade rural da província do Huambo – multipartidarismo e eleições são sinónimos de perturbação e guerra.

É evidente que isso pode ser ultrapassado. Para isso é muito importante reflectir sobre o estilo de democracia que os nossos países adoptaram. Não posso deixar passar esta oportunidade para uma vez mais pôr em causa a forma como nós, em África e em Angola, encaramos esta questão. O doutor Mazula faz uma pertinente citação do sociólogo Boaventura de Sousa Santos para chamar a atenção para a necessidade de se assegurar uma democracia que se concretiza no relacionamento funcional entre o cidadão, as instituições sociais e o Estado. E é aqui que está o cerne do assunto. Em África, o Estado moderno diz muito pouco à maioria dos cidadãos. O referido sociólogo coordenou um estudo que permitiu concluir que em Moçambique o Estado tem um relacionamento directo com apenas cerca de 5% dos cidadãos. Para outros países africanos o Professor Munkner da Universidade de Marburg, da Alemanha, refere que isso acontece no máximo com 10% da população. Em Angola há imensas extensões territoriais onde as instituições do Estado são meramente figurativas e onde a sua acção se reduz estritamente à sede dos municípios ou comunas. Nos 168 municípios do país há apenas 13 tribunais municipais. Ao que afirma Boaventura de Sousa Santos sobre a convergência entre os dois processos de democratização (formal – ligada aos partidos políticos, ao voto, à alternância, ...; e fundamental – que diz respeito ao Estado, ao alargamento da cidadania,...) eu acrescentaria – e ele próprio afirmou também isso, recentemente aqui em Luanda – que a democracia representativa só dirá alguma coisa aos cidadãos se for complementada com a democracia participativa – que está a ganhar nova expressão com a participação dos cidadãos na vida pública através das OSC, com os seus espaços de participação e aprendizagem da cultura democrática, e com outras formas de poder local.

3. Não tenho nada a acrescentar às considerações teóricas do Doutor Mazula relativamente aos conflitos. Creio, por outro lado, que as razões mais evidentes do nosso conflito pós-eleitoral são suficientemente conhecidas e se encaixam perfeitamente no quadro traçado: polaridade de interesses (o controle pelo poder absoluto do Estado, o acesso às riquezas) a pobreza e a exclusão social, a frustração das elites (a nível material e não material), em termos de interesses e de valores que conformam a privação relativa (diferença entre as aspirações das elites e a capacidade de realização dessas expectativas). Contudo, continuo a pensar que seria importante um estudo mais profundo e sistemático sobre o assunto.
4. Moçambique tem já uma experiência eleitoral importante. A nossa experiência eleitoral resume-se à de 1992 e ao grande conflito que se lhe seguiu. É frequentemente elogiado o elevado grau de civismo que as caracterizou. Aparentemente não havia razões para expectativas bélicas. Mas havia tensões, a sociedade estava bipolarizada e ninguém foi capaz de prever o que aconteceu e alertar para medidas de contingência. Na altura, as OSC angolanas eram quase insignificantes, não tinham intervenção na sociedade e as poucas existentes eram olhadas com desconfiança pelos dois grandes partidos. Apenas as principais igrejas poderiam ter jogado um papel mais activo, mas isso nem sempre aconteceu. A imparcialidade das organizações internacionais também era posta em causa, embora fosse mais fácil aceitar estrangeiros do que nacionais inseridos de algum modo no “sistema”.
5. Hoje a situação em Angola é muito diferente. A abertura democrática e a própria guerra permitiram a emergência de uma sociedade civil pluralista, transcultural e intervencionista. O movimento pela paz foi a sua acção mais eficaz e mediatizada e isso permite-lhe hoje uma credibilidade e uma mais-valia que eram impensáveis há uns anos atrás. Mas a sua acção noutros domínios como a assistência humanitária, a luta contra a pobreza, os direitos humanos, a igualdade de género, o lobby e a advocacia em torno da questão da terra, está a conferir-lhe credibilidade e maturidade. Face às instituições do Estado as OSC posicionam-se de três maneiras diferentes: i) as que se manifestam de forma crítica radical, levando o poder a conotá-las, justa ou injustamente, com os partidos da oposição pelo aproveitamento que alguns deles fazem da sua acção; ii) as que estão claramente sintonizadas com as estratégias do poder; e iii) as que tentam ser independentes colaborando com as instituições do Estado sempre que se afiguram útil e factível e procurando influenciar as políticas públicas com base nas suas experiências, mas não abdicando do seu direito à crítica, sempre que achem conveniente. Porém, elas têm muitas fragilidades, e muito particularmente no que respeita à experiência de participação em processos eleitorais.

Mas para além desta sociedade civil mais conhecida – porque mais mediatizada – nasce em Angola uma nova realidade a nível das comunidades que pode conformar novos espaços de intervenção cívica. O trabalho longo e paciente que algumas ONG nacionais e estrangeiras e algumas agências do Governo ligadas a projectos com o Fundo de Apoio Social (FAS) e o Programa de Apoio à Reconstrução, apoiados financeiramente pelo Banco Mundial (principalmente) e pela União Europeia, respectivamente, vêm implementando na linha do desenvolvimento comunitário ou do desenvolvimento a partir das comunidades começa a dar frutos. Um deles é a criação de fóruns locais de diálogo e concertação entre organizações comunitárias de base (OCB) e as Administrações locais do Estado, para solução dos problemas da população. Devidamente aproveitadas e generalizadas, tais experiências e tais fóruns poderão constituir espaços cívicos para prevenir e gerir conflitos a nível local e trabalhar a reconciliação “esquecida”. Essa acção pode ainda ser complementada com o recurso aos “jangos”, cujo papel está também a ser restaurado por iniciativa das comunidades em quase todo o país. O único senão, de momento, é a ausência de estruturas

partidárias da oposição a nível local, quer pelas atitudes do partido no poder, quer pela inépcia deles próprios.

6. Os casos relatados de Changara e Montepuez são excelentes chamadas de atenção para o que poderá acontecer em Angola nas próximas eleições. Não nos iludamos. Apesar da extraordinária correcção como os angolanos estão a gerir a transição para uma paz definitiva, a nossa sociedade ainda está muito crispada e encerra muitas distorsões que podem gerar conflitos: os traumas da guerra, os desejos de vingança (de vários tipos), as injustiças, a chocante diferença entre ricos e pobres, a distância entre elites e povo e os preconceitos etnoculturais e raciais, entre outros, podem ser aproveitados num clima de exaltação política para o desencadeamento de hostilidades e conflitos. Por outro lado, hoje já ninguém tem dúvidas sobre a sistemática recusa de resultados eleitorais em África, com ou sem justificação – e isso decorre da fragilidade da democracia e das instituições. É pois fundamental, no interesse do Governo e dos partidos, aproveitar a confiança e o capital social acumulados nos anos de guerra pelas Igrejas, ONG e outras OSC para a implementação de programas de educação cívica (que não podem ser da sua exclusiva responsabilidade, mas também dos partidos), para o treinamento de pessoal que possa vir a monitorar o processo eleitoral e para a gestão e resolução de conflitos, pois para isso é necessária competência técnica. Mas penso, também, como sugere o Doutor Mazula, que as OSC devem propor candidatos consensuais e que possuam perfil adequado para a Comissão Nacional Eleitoral a todos os níveis. Para melhor desempenho, um código de conduta para as OSC deveria ser aprovado.
7. Para terminar insisto num ponto. Se as OSC desejarem ter protagonismo no processo eleitoral devem possuir credibilidade e confiança não só junto dos partidos e do Governo, mas também junto dos cidadãos. O importante não é ser neutro, mas sim imparcial, independente e justo. Só desse modo conseguirão ser uma voz arbitral e com autoridade para, no respeito das instituições legítimas instituídas, encarar os problemas da nação, da paz e da reconciliação sob uma óptica essencialmente humana e patriótica, não política, não moral, não social, cultural, mas tudo isso ao mesmo tempo, como escreveu há anos um filósofo português.

Luanda, 26/27 de Novembro de 2003

Fernando Pacheco
Agrónomo e Presidente do Conselho Directivo da ADRA